

## **DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)**

Jorge Luiz Zaluski<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este texto tem como objetivo refletir sobre as transformações urbanas provocadas a partir do projeto desenvolvimentista experienciado durante a ditadura militar. O Milagre Econômico, como ficou conhecido, expôs novas exigências ao mercado e as formas de viver em sociedade. Com ênfase no estado do Paraná, as observações contidas neste trabalho visam levantar considerações sobre as transformações ocorridas no estado de modo a identificar parte das transformações e a movimentação social a partir de novos cenários provocados pelo viés modernizante. Objetiva-se ainda, identificar a configuração populacional da época. Com ênfase em Curitiba, capital do estado, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), serão observados os dados disponíveis com o intuito de perceber a transformação da composição urbana, em especial da infância. Acredita-se que é oportuno observar esses dados de modo a perceber como eles dialogam com outras transformações da época, em especial a educação escolar, da qual coaduna como política pública desenvolvida entre a conquista de direitos e o atendimento ao mercado de trabalho em expansão.

**Palavras chave:** Desenvolvimento; Ensino; Infâncias; Urbano.

## **URBAN DEVELOPMENT AND EDUCATION: new configurations for childhoods (Paraná 1960-1970)**

### **ABSTRACT**

This text aims to reflect on the urban transformations caused by the developmental project experienced during the military dictatorship. The Economic Miracle, as it became known, exposed new demands to the market and ways of living in society. With an emphasis on the state of Paraná, the observations contained in this work aim to raise considerations about the transformations that have taken place in the state in order to identify part of the transformations and social movement from new scenarios caused by the modernizing bias. It also aims to identify the population configuration of the time. With emphasis on Curitiba, capital of the state, based on data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the available data will be observed in order to understand the transformation of urban composition, especially childhood. It is believed that it is opportune to observe these data in order to perceive how they dialogue with other transformations of the time, especially school education, which is consistent with a public policy developed between the conquest of rights and the service to the expanding labor market.

**Keywords:** Development; Teaching; childhoods; Urban.

---

<sup>1</sup> Doutor em História do Tempo Presente pelo Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, na linha de pesquisa Culturas Políticas e Sociabilidades. Vinculado ao Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF). Mestre em História PPGH-UNICENTRO. Atualmente é professor colaborador no departamento de história da Unicentro. <https://orcid.org/0000-0003-0795-263X> E-mail: [jorgezaluski@hotmail.com](mailto:jorgezaluski@hotmail.com) -Unicentro

## **URBANISMO Y EDUCACIÓN: nuevas configuraciones para las infancias (Paraná 1960-1970)**

### **RESUMEN**

Este texto pretende reflexionar sobre las transformaciones urbanas provocadas por el proyecto desarrollista vivido durante la dictadura militar. El Milagro Económico, como se le conoció, expuso nuevas exigencias al mercado y formas de vivir en sociedad. Con énfasis en el estado de Paraná, las observaciones contenidas en este trabajo pretenden suscitar consideraciones sobre las transformaciones ocurridas en el estado para identificar parte de las transformaciones y movimientos sociales a partir de nuevos escenarios provocados por el sesgo modernizador. También pretende identificar la configuración poblacional de la época. Con énfasis en Curitiba, capital del estado, a partir de datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), se observarán los datos disponibles para comprender la transformación de la composición urbana, especialmente la infancia. Se cree oportuno observar estos datos para percibir cómo dialogan con otras transformaciones de la época, en especial la educación escolar, lo cual es congruente con una política pública desarrollada entre la conquista de derechos y el servicio al mercado laboral en expansión.

**Palabras clave:** Desarrollo; Enseñando; infancias; Urbano.

### **Introdução**

As transformações provocadas pelo investimento em infraestrutura e desenvolvimento econômico não devem serem observadas apenas pelo viés modernizador. Ao longo do século XX, tivemos distintas experiências incitadas a partir de projetos de desenvolvimento. Nesse cenário que atinge diretamente a vida das pessoas, as formas de viver em sociedade são atravessadas por um novo ritmo que constantemente são reconfiguradas. Nesse processo, a educação escolar, ao mesmo tempo que é moldada pelas novas exigências do mercado, passa a forjar novas concepções sobre a infância e juventude.

Partindo do pressuposto de que as transformações urbanas exigem novas sociabilidades para com a infância e de que a educação escolar caminha de forma conjunta com as experiências de cada contexto, bem como os direitos conquistados gradativamente pela população infantojuvenil (ZALUSKI, 2021), este texto tem como objetivo refletir sobre as transformações ocorridas no estado do Paraná durante as décadas de 1960-1970, com a intenção de perceber quais as particularidades do Estado durante o período conhecido como “Milagre Econômico”. Nesse percurso, a Lei de Diretrizes e Bases, nº. 5692, de 11 de agosto de 1971, instituiu a obrigatoriedade do ensino para a formação do trabalho, com ênfase no ensino profissional para atender o mercado de trabalho, os estados tiveram que desenvolver suas propostas curriculares

## **DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)**

para atender a referida legislação, bem como as particularidades de cada Estado. No Paraná, já vinham sendo desenvolvidas propostas de um ensino profissional desde o início da década de 1960, anterior a Lei nº. 5692/1971 (MARTINS, 2002).

Partindo do projeto desenvolvimentista do Estado, cabe neste texto observar a movimentação populacional e as transformações urbanas provocadas.. Acredito que esse olhar é fundamental para compreender como, ao longo do tempo, passam a serem forjadas novas formas de viver em sociedade. Diante de exposto, intenta-se ainda em analisar o índice populacional do Paraná a partir do recorde idade, gênero e local onde vive. Essas observações são oportunas para a reflexão histórica sobre o contexto, bem como perceber sobre as novas demandas sociais para a aquisição de políticas públicas que vão sendo constituídas no tempo.

174

### **Relações de trabalho e novas configurações urbanas**

Para os historiadores João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais, desde a década de 1950, uma parcela da sociedade brasileira partilhava de grande otimismo em relação à modernização. Nesse ensejo, a economia foi apontada como um dos principais impulsionadores para proporcionar a conciliação entre desenvolvimento, produção e consumo. Com a instauração da ditadura militar, como apontam os autores, “o ano de 1964 marca uma inflexão, com a mudança do modelo econômico, social e político de desenvolvimento, e esta transformação vai se consolidando a partir de 1967-68” (MELLO; NOVAES, 1997, p. 561). Para os autores, tínhamos sido capazes, no final da década de 1970, “de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e consumo próprios aos países desenvolvidos” (MELLO; NOVAES, 1997, p. 562). Tais modificações, todavia, acarretaram profundas transformações no âmbito das relações de trabalho, nos espaços urbanos e rurais, na intensificação dos fluxos migratórios, na ampliação do mercado de consumo etc.<sup>2</sup>.

No caso brasileiro, o processo de modernização ocorreu tanto no mundo rural como no urbano. Na década de 1960, a chamada Revolução Verde contribuiu para a aceleração da produção por meio do uso de maquinários, insumos agrícolas e da integralização da produção

---

<sup>2</sup> Não se descarta aqui as observações de Lélia Gonzalez (2020), sobre a experimentação do “Milagre Econômico”. Para a autora o projeto desenvolvimentista esteve atrelado a uma configuração social e espacial excludente, onde determinadas regiões tiveram maior (ou total) investimento. Tal fator provocou para o deslocamento migratório forçado em busca de melhores condições de vida. Diante do recorte gênero, raça e classe, podemos observar como novos cenários urbanos foram sendo forjados de modo a construir ou fortalecer relações sociais excludentes, seja no modo de morar, acesso a saúde, escola, alimentação, condições salariais, dentre outros reflexões de uma política excludente (GONZALEZ, 2020).

à indústria. Com forte atuação do Estado brasileiro, principalmente com o fornecimento de crédito e assistência técnica, “o país se consolidou como grande produtor e exportador de produtos advindos do setor agropecuário, principalmente no setor de *commodities*” (ROSSONI; SILVA; MORAES; STEGE, 2018, p. 73).

O estado do Paraná ocupa posição de destaque na consolidação dos projetos econômicos desenvolvidos no âmbito do agronegócio, levados a cabo através de verbas públicas e privadas. Em fins do século XIX, a produção industrial paranaense esteve atrelada à mineração, à extração da erva-mate, à madeira e à cafeicultura. Esse cenário apresentou drásticas mudanças na segunda metade do século XX, marcado por políticas desenvolvimentistas que tiveram profundas relações com os fenômenos migratórios e a tentativa de promover a competição dos produtos da região no mercado nacional. A criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar) em 1962, durante o governo de Ney Braga, marcou um novo “*Projeto de Desenvolvimento Industrial do Paraná*”, responsável por grandes transformações na infraestrutura, nas telecomunicações, nas políticas públicas e no setor industrial, o que também acarretou no aumento populacional do estado (GREGORY, 2002) (BRAVIN; GOES; BRAVIN, 2015).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de pouco mais de 2,1 milhões de habitantes, em 1950, a população do Paraná saltou para quase 7 milhões, em 1970. Esse fluxo pode ser percebido também como parte das propostas desenvolvimentistas realizadas durante a década a 1960. Neste sentido, é notável que as propostas de desenvolvimento econômico estiveram aliadas ao agronegócio, e podem ser observadas já na década de 1950, a partir de projetos de construção de colônias para imigrantes de origem europeia, apoiados pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Importante destacar que esta não foi a primeira vez que foi desenvolvido no estado do Paraná incentivo à vinda de imigrantes europeus e ao uso de maquinário agrícola. Em pesquisa realizada para atender à sua dissertação em história, William Ribeiro Pinto identificou que, na região sudoeste do estado, proprietários das terras compradas pelas empresas *Brazil Railway Company* e *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, responsáveis pela construção da linha ferroviária no sul do País, resolveu transformar parte das terras paranaenses em colônia, cedendo terras a colonos holandeses. Assim, em 1911, fundado em Carambeí, imigrantes de origem europeia foram os/as primeiros a utilizar o trator como maquinário agrícola no estado. O projeto não prosperou; contudo, em 1925, fundaram a Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo e, em 1940, a Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda, que marca as primeiras experiências de cooperativas desenvolvidas no estado e gradativamente altera as relações de

## DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

trabalho, produção e consumo (PINTO, 2017). A historiadora Monique Gärtner, ao investigar sobre a “europeização” da paisagem do distrito de Entre Rios, em Guarapuava, levanta considerações pertinentes para compreender parte da configuração populacional do estado do Paraná. Conforme a autora, em 1951, esse estado recebeu um grande número de imigrantes, vindos do Rio Grande do Sul, e, junto ao incentivo do governo estadual, imigrantes europeus, ambos de origem alemã, os “suábios do Danúbio”. Para a autora, os “suábios do Danúbio” constituem um grupo étnico formado a partir da imigração da Alemanha para as margens do rio Danúbio, território da ex-Iugoslávia, ainda no século XVIII. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, principalmente com a derrota alemã, muitos imigraram, principalmente para o estado do Paraná, “que incorporou aos seus interesses políticos o projeto de colonização agrícola e étnica como elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do estado no início dos anos 1950” (GÄRTNER, 2014, p. 10).

Os historiadores Jó Klanovicz e Lucas Mores, visando compreender a produção de soja no Paraná no século XX, identificaram que os impressos assumiram uma função importante neste cenário. Para os autores, “mais do que a imprensa de grande porte, devotou atenção, especialmente a partir dos anos 1970, a uma espécie de missão pedagógica sobre a sojicultura, entendida como sinônimo de progresso” (KLANOVICZ e MORES, 2017, p. 243). Por compreenderem a produção de monocultura como projeto político, os autores destacam que a produção de soja esteve vinculada aos discursos desenvolvimentistas no estado do Paraná, e, por representarem importante impulso econômico e social, “a soja acabou sendo inserida como cultura substitutiva ao café no âmbito das transformações econômicas pelas quais o Paraná passaria a partir da década de 1950” (KLANOVICZ; MORES, 2017, p. 248). Esse crescimento também pôde ser percebido na substituição dos plantios de batata, onde a soja se inseriu como símbolo de futuro, modernização e progresso (KLANOVICZ; MORES, 2017).

Para o historiador Antônio de Pádua Bosi, a produção aviária também teve grande impacto na agroindústria paranaense. Ao investigar a região oeste, o autor destaca que a instalação do primeiro frigorífico, em 1964, marcou o início de ações que modificaram as configurações na vida no meio rural, provocaram o surgimento de novas cidades e afetaram sobretudo as relações de trabalho de pequenos agricultores/as, cuja produção se destinava a cooperativas e frigoríficos que passaram a impor determinados tipos de produção e os valores pagos, como igualmente o do preparado da carne em um espaço fabril<sup>3</sup>. Com o amparo de

---

<sup>3</sup> Na época, a produção de suínos também passou por modificações. Junto com a produção de grãos e frango, era responsável por grande parte da renda do estado. Para os historiadores Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, Bruno Griebler Provin e Renan Paganini Valentini, a industrialização da carne de porco contribuiu para o Paraná *Humana Res*, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 172 – 186, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-10

insumos de melhoramento genético para acelerar o crescimento do animal e graças a uma mão de obra barata, a industrialização da carne ampliou a produção, assim como provocou o aumento do consumo de produtos de origem aviária e injetou novas formas de se alimentar (BOSI, 2016).

Conforme estudo realizado pela historiadora Márcia Tembil, a exploração de madeira foi outra atividade econômica que contribuiu para os processos migratórios e a reconfiguração da vida no campo e na cidade, principalmente para o crescimento urbano. O estado do Paraná destacava-se também como setor de processamento da madeira nos anos 1960, e de maneira intensa na década de 1970, principalmente nas cidades de Guarapuava e Ponta Grossa. Na década de 1980, esse setor passou por uma crise e levou várias empresas a encerrar suas atividades, o que provocou aumento de desemprego (TEMBIL, 2007).

Para atender à expansão econômica do estado do Paraná, também foi necessário investir na infraestrutura, principalmente na construção e/ou melhoria de rodovias para atender ao transporte de produtos para cooperativas, portos, indústrias e as cidades consumidoras. Na década de 1960, a inauguração da Rodovia do Café tinha por finalidade melhorar a integração entre a região noroeste, o estado do Mato Grosso do Sul, o acesso a Curitiba e ao porto de Paranaguá. Ainda na década de 1960, a BR-277 foi finalizada e se tornou uma das principais rodovias do estado, ligando a região leste a oeste, facilitando o acesso a outros estados, assim como à Argentina e ao Paraguai. O setor elétrico também foi ampliado com vistas a atender à demanda sobretudo da produção industrial da região e do Brasil. Foi concluída em 1967, por exemplo, a Hidrelétrica de Salto Grande do Iguaçu, e a Itaipu Binacional, construída entre 1974-1982 (MARCINIAK, 2018).

É importante destacar que esses processos de modernização do estado do Paraná, em seus diferentes aspectos, foram fortemente constituídos a partir de embates com comunidades indígenas, quilombolas e camponeses, que, além do conflito agrário, contribuíram para reconfigurar relações socioculturais. Para pequenos agricultores/as, em muitos casos, a dificuldade em competir com grandes latifundiários, ou até mesmo em manter a produção sem o uso de agrotóxicos, contribuiu para que muitas famílias deixassem a área rural por áreas urbanas na tentativa de conseguir melhores oportunidades, fator que contribuiu para a

---

assumir posição de destaque na produção e venda do produto. Fator que também contribuiu para modificar as relações de trabalho e produção no campo e na cidade. Para os autores, na década de 1970, o estado do Paraná ocupava a primeira posição na produção de carne suína do País, sendo responsável por 19,7% de toda a produção nacional que ocorria em 16 frigoríficos (situados na cidade de Ponta Grossa e na região oeste (CARVALHO; PROVIN; PAGANINI, 2016).

## DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

concentração populacional em poucas cidades do estado (MARCINIAK, 2018) (KAMINSKI; FAJARDO, 2013).

Por mais que o agronegócio se tenha tornado uma fonte expressiva de renda do estado, informam Nilvam Jeronimo Ribeiro Bravin, Sandra Lúcia Videira Góes e Sullien Miranda Ribeiro Bravin que, segundo levantamento realizado na década de 1970, “as indústrias de maior importância econômica nesse período eram de minerais não metálicos, madeira, papel e papelão, química, têxtil e produtos alimentares” (BRAVIN; GÓES; BRAVIN, 2015, p. 55). Como destacam os autores, porém, o desenvolvimento de grandes empresas se concentrou em poucas cidades, que ofereciam infraestrutura e mercado consumidor. Nesse cenário, destacam-se a região metropolitana da capital e as cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

O historiador Leandro Garcia Niehues mostra que, no ano de 1970, a microrregião do norte do Paraná, composta pelas cidades de Londrina e Maringá, era responsável por 24% de toda produção industrial do estado, ficando atrás apenas da microrregião de Curitiba, que somava 28% de toda a produção. Cenário esse que tomou outros rumos ao longo da década de 1970. Em 1979, as duas cidades tiveram uma redução na produção total, tendo, juntas, fornecido apenas 13,1% de toda a produção industrial. A microrregião de Curitiba, sozinha, passou a produzir 52,7% da produção estadual (NIEHUES, 2014). Pode-se afirmar que parte desse processo foi resultado de ações realizadas pelos governantes do estado e da prefeitura de Curitiba, que, além de resultar no crescimento industrial, contribuiu para o desenvolvimento da região metropolitana (RMC).<sup>4</sup>

Em 1973, em plano de desenvolvimento urbano e industrial, o governador do estado juntamente com o prefeito de Curitiba, na época, Jaime Lerner, em conjunto com a Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (Urbs), isentaram de impostos a instalação de empresas na tentativa de colocar o estado do Paraná no cenário nacional e descentralizar a produção industrial do eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Para tanto, assinaram acordo para a construção da Cidade Industrial de Curitiba (CIC)<sup>5</sup>, do Centro Industrial de Araucária e da Refinaria Presidente Vargas, em Araucária, veio a se constituir na maior planta industrial no Sul do País. A CIC foi implementada em área distante do centro da cidade de Curitiba, de fácil acesso às rodovias para o litoral do estado (em especial para o porto de Paranaguá), para São

---

<sup>4</sup> Atualmente, a Região Metropolitana de Curitiba é composta por 29 cidades. Na década de 1970, as cidades que apresentaram maior índice de desenvolvimento industrial e evolução no produto interno bruto (PIB) foram: Curitiba; Araucária; São José dos Pinhais; Campo Largo; Piraquara; Quatro Barras; Campina Grande do Sul e Mandirituba (IBGE, 2010).

<sup>5</sup> Concebida pela Lei Municipal nº. 4.199, de 1972, artigo 10, implementada a partir de 1973 e institucionalizada pela Lei nº. 4.772 de 174 (LOEFFLER, 2009).

Paulo e os dois estados da Região Sul. Esse processo fez com que o Paraná alterasse a sua condição de fornecedor de matéria-prima para a de produtor industrial, principalmente pela criação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (também conhecida como Refinaria do Paraná), em Araucária, principal fornecedora de refino de petróleo para a produção de uma variedade de produtos que passaram a ser consumidos cada vez mais. E, com as taxas de impostos atrativas das grandes indústrias, as ações permitiram o desenvolvimento industrial em outras cidades próximas à capital, tais como Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré (LOEFFLER, 2009) (COSTA; SCHMIDT, 2019).

O referido processo na RMC contribuiu para alterar a configuração social e urbana de forma drástica da região. Na década de 1950, tendo por base os dados do IBGE, Curitiba, possuía um total de 180.575 habitantes. Esse número dobrou na década de 1960, e chegou a 624.362 mil habitantes em 1970, ultrapassando 1 milhão de habitantes na década 1980.<sup>6</sup> Contudo, o desenvolvimento urbano/industrial não significou que a maior parte das pessoas pudesse ocupar uma vaga de emprego. Em finais da década de 1970, conforme o IBGE, 82.591 homens e 234.433 mulheres, a partir dos 10 anos de idade<sup>7</sup>, não possuíam renda. Problema que se tornava ainda mais agravado quando se tratava de diferenças salariais.

Conforme o Censo de 1980, em finais da década de 1970, em Curitiba, 9.830 pessoas recebiam  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (2.888 homens e 6.942 mulheres); 19.728 pessoas recebiam entre  $\frac{1}{4}$  e  $\frac{1}{2}$  de salário mínimo (5.245 homens e 14.483 mulheres); 61.310 trabalhadores/as recebiam entre  $\frac{1}{2}$  e um salário mínimo (22.357 homens e 38.953 mulheres); 91.889 pessoas recebiam de um a um salário e meio, sendo 47.904 homens e 43.985 mulheres. Tais informações correspondem a quase 20% da população trabalhadora da capital do estado. Somam-se, ainda, 60.725 trabalhadores/as, que recebiam de um salário e meio a dois salários mínimos (39.241 homens e 21.484 mulheres); 76.170 trabalhadores/as com renda de dois a três salários mínimos (54.370 homens e 21.800 mulheres). Em número concentrado, 67.950 trabalhadores/as recebiam de 3 a 5 salários, sendo 50.224 homens e 17.726 mulheres, e 50.589 pessoas tinham renda entre cinco e dez salários, sendo 39.979 homens e 10.610 mulheres. Em número ainda mais reduzido, 24.949 pessoas recebiam de dez a vinte salários (21.931 homens e 3.018 mulheres) e 11.590 pessoas com salário superior a 20 salários-mínimos, sendo 10.960 homens e 630 mulheres. Com elevada concentração de renda para pouca parcela da população, as

---

<sup>6</sup> Desse total, 495.876 correspondiam à população masculina e 529.104, à feminina. A renda média per capita era de 7.577,28 CR\$, com média de CR\$ 12.436,83 CR\$ para a população masculina e de CR\$ 3.021,05 para a feminina (IBGE, 1980). Na época, com base nos valores atualizados do salário-mínimo, eram, a partir de novembro de 1979 (Decreto nº 8.4135) Cr\$ 2.932,80; a partir de maio 1980 (Decreto nº 8.4674), de Cr\$ 4.149,60.

<sup>7</sup> Mantem-se a nomenclatura utilizada pelo IBGE com referência ao recorte etário a partir dos 10 anos de idade.

## DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

diferenças são ainda maiores quando se trata da renda das mulheres, tendo os homens os maiores rendimentos.

### Ensino escolar e novos cenários urbanos

As transformações urbanas provocaram forte influências no cenário educacional. As propostas educacionais desenvolvidas no estado do Paraná tiveram, entre seus objetivos, atender o desenvolvimento social e econômico. A existência de cursos profissionalizantes em escolas espalhadas pelo estado atenderia, de certa forma, a uma demanda econômica aliada à força de trabalho exigida pelo crescimento da agroindústria, principalmente a partir da década de 1960. Nesse sentido, o interesse dos governantes do estado em proporcionar o ensino técnico nessa década expressa uma estreita relação do ensino escolar com a da formação da classe trabalhadora rural.

Com a obrigatoriedade imposta pela Lei nº 5.692/1971, em qualificar para o trabalho, a diretriz curricular paranaense apresentou, de forma explícita, que o ensino escolar deveria proporcionar a formação integral aos/as estudantes para atender ao mercado de trabalho. Nessa proposta, a narrativa do documento informa sobre relações com a agroindústria, tanto no afastamento de técnicas antigas de produção animal e vegetal para atender a uma nova demanda social e de mercado, como para instruir os/as futuros trabalhadores/as para esses setores que necessitavam de mão de obra especializada. Relação essa diversa na RMC, em vista do impacto acelerado de um modelo industrial recém-chegado ao estado.<sup>8</sup> Neste caso, as recomendações curriculares dialogam com as exigências do conhecimento de técnicas de trabalho e produção do setor fabril, de segurança do trabalho e de preparo corporal exigido pela movimentação repetida, da carga horária de trabalho e da alimentação necessária para que, os/as trabalhadores/as tivessem condições de resistir à rotina de trabalho.

---

<sup>8</sup> É importante destacar que antes da instalação de grandes indústrias, que exigiam tecnologia de ponta, o estado do Paraná possuía outros setores industriais, que, devido ao processo de produção, considerado rudimentar, conseguiam empregar um número maior de trabalhadores/as. Conforme estudo de Walli Loeffler, na década de 1960 essas empresas receberam auxílio governamental por meio do Setor de Assistência à Pequena Empresa (Sape). Auxiliar pequenas empresas seria uma forma de contribuir para o desenvolvimento local, e, caso a empresa fosse à falência, o impacto econômico do estado seria menor, se comparado ao de empresas nacionais e multinacionais. Conforme o autor, ao comparar dados fornecidos pela Sape, entre 1965 e 1967, com grande concentração em Curitiba, 235 empresas receberam auxílio do estado, pertencendo elas aos setores de alimentação (75); bebidas (04); têxteis (3); calçados e vestuário (8); madeira (16); móveis (20); papel (2); imprensa (9); couro (4); borracha (7); química (13); minerais não metálicos (29); produtos metálicos (20); máquinas elétricas (1); equipamentos elétricos (7); material de transporte (15) e manufaturas diversas (2). Essas empresas foram responsáveis pela criação direta de 1.018 vagas de emprego, com maior concentração no setor de alimentos (178) (LOEFFLER, 2009).

As propostas educacionais, voltadas ao setor industrial, tinham como foco sobretudo a região metropolitana da capital do estado e as cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, onde havia maior concentração de indústrias. Conforme os dados do IBGE, no Brasil, a população que possuía entre cinco e nove anos aumentou de forma significativa (7.015.527, em 1950; 10.161.291, em 1960, e 13.301.427, em 1970). O mesmo ocorreu em relação às pessoas na faixa etária dos 10 aos 14 anos (6.308.567 em 1950, 8 573 877 em 1960 e 11.665.724 em 1970). Importante destacar que as legislações brasileiras que regulamentavam o ensino escolar passaram por modificações durante o século XX, ocasionando alterações no acesso à escola de grupos etários distintos. A partir da Lei nº .8.529, de 2 de janeiro de 1946, que tornou obrigatório matricular no ensino escolar as crianças de até 12 anos de idade, tivemos o aumento do número de estudantes, principalmente das meninas, o que fez com que as crianças tivessem acesso mais cedo ao ensino. Já com a Lei 5.692/1971, tivemos, ao menos na letra da lei, a expansão do número de pessoas atingidas pelo ensino escolar, pois a matrícula tornou-se obrigatória a partir dos 7 anos para ingresso, com previsão de conclusão do ensino fundamental aos 14 anos.

Para o historiador Ailton José Morelli, as transformações no cenário do cenário urbano, seja sua reconfiguração para algo considerado mais moderno, ou da modificação dos espaços rurais para paisagens urbanas, acarretou uma grande transformação nos modos de viver, na sociabilidade, na forma de trabalhar, estudar, dentre outras ações atravessadas por um novo ritmo. Para Morelli, com as infâncias não foi diferente. Uma nova concepção de infância passou a ser introjetada e ao mesmo tempo entrava em choque com as distintas realidades. Nem todos podiam usufruir das mesmas oportunidades, experimentar a infância era algo distinto para as populações mais pobres onde a vida rodeada por brincadeiras era encurtada para a inserção no mercado de trabalho (MORELLI, 2021).

Para Jorge Luiz Zaluski, por meio das legislações educacionais é possível perceber como, gradativamente, ao longo do século XX, por meio do ensino escolar foram sendo apresentadas novas concepções sobre a infância e a juventude. Dada as transformações de cada contexto, atrelado à questões políticas, sociais e econômicas, a concepção de infância e juventude na legislação educacional passou cada vez mais forjar uma ideia de que nessa fase da vida, enquanto estudantes, deveriam receber uma educação para compartilharem valores morais, principalmente para a preparação para o trabalho (ZALUSKI, 2021).

Nesse sentido, as transformações urbanas envolvidas com o projeto de modernização desenvolvido durante a ditadura militar, atravessadas pelo modelo de ensino, contribuíram para forjar uma nova ideia de infância. A partir da tabela 1 - “População infantojuvenil e “idade escolar” – Paraná – 1970 -, elaborada a partir da coleta de dados do censo demográfico do **Humana Res**, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 172 – 186, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-10

## DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

IBGE, é possível ter um panorama da população infantojuvenil do estado do Paraná, que, no início de 1970 estava em idade escolar.

Tabela 1 - População infantojuvenil e “idade escolar” – Paraná - 1970

População infantojuvenil e “idade escolar” – Paraná - 1970.							
Grupo de Idade	Total	Total por região		Meninas		Meninos	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
05 a 09 anos	1.053.300	362.712	690.588	179.459	338.385	183.253	352.203
10 e 14 anos	896.619	315.044	581.575	159.253	278.729	155.791	302.846
Total	1.949.919	677.756	1.272.163	338.712	617.114	339.044	655.049

Org.: ZALUSKI, 2021. Fonte: IBGE, Censo demográfico.

182

Com base na tabela, o Paraná, no início de 1970, tinha quase 2 milhões de pessoas em idade escolar (1.949.919), e, por mais que no quadro tenha abrangido a população a partir dos cinco anos de idade, quando implementada a Lei 5.692/1971, já estariam nos bancos escolares. Em conjunto com o índice populacional, também pode ser identificada a configuração urbana e rural do estado, cujo índice demográfico nas áreas rurais, até aquele momento, era maior que na urbana.

Neste sentido, o ensino escolar teria êxito se contribuísse para auxiliar no desenvolvimento urbano, pretendido pela ação econômica de nível federal e estadual, que era a de preparar de forma intensa os/as estudantes para a profissionalização e adequá-los/as ao mercado de trabalho condizente com as suas supostas aptidões. Neste sentido, a população infantojuvenil que ingressasse no ensino a partir de 1972 teria sua trajetória escolar norteadada pelas recomendações da Lei 5.692/1971 e da Diretriz Curricular que circulava no estado. Ainda em relação aos dados fornecidos pelo IBGE, as tabelas 2 - População infantojuvenil de Curitiba – censo 1970” e a tabela 3 - População infantojuvenil de Curitiba – censo 1980 - permitem direcionar o olhar para a população infantojuvenil da capital do estado.

Tabela 2 - “População infantojuvenil de Curitiba – Censo 1970”

População infantojuvenil de Curitiba com base na distinção de idade, gênero e área onde vive						
1970						
Grupo de idade	Sexo e local do domicílio					
	Total		Masculino		Feminino	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
7 anos	14727	749	7225	350	7502	399
8 anos	14560	720	7478	365	7082	355
9 anos	13993	662	7247	315	6746	347

10 anos	13818	582	6897	311	6921	271
11 anos	13180	579	6438	280	6742	299
12 anos	13210	616	6482	292	6728	324
13 anos	12450	446	6028	200	6422	246
14 anos	12385	510	5832	228	6553	282

Org: ZALUSKI, 2021. Fonte: IBGE, Censo demográfico.

Tabela 3: “População infantojuvenil de Curitiba – Censo 1980”

População infantojuvenil de Curitiba, com base na distinção de idade, gênero e local do domicílio						
1980						
Grupo de idade	Sexo e local do domicílio					
	Total		Masculino		Feminino	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
7 anos	21074	-	10622	-	10452	-
8 anos	21164	-	10670	-	10494	-
9 anos	21170	-	10655	-	10515	-
10 anos	20601	-	10382	-	10219	-
11 anos	20750	-	10644	-	10106	-
12 anos	21018	-	10474	-	10544	-
13 anos	20930	-	10173	-	10757	-
14 anos	22527	-	10978	-	11549	-

Org: ZALUSKI, 2021. Fonte: IBGE, Censo demográfico.

Com base nas duas tabelas, a tabela 4 - População total de Curitiba em “Idade Escolar” - apresenta o número total da população infantojuvenil dos 7 aos 14 anos de idade, principal público a ser atendido pela Lei 5.692/1971, de acordo com a tabela 4.

Tabela 4: População total de Curitiba em “Idade Escolar”

Década	População total de Curitiba em “Idade Escolar”					
	Curitiba		Masculino		Feminino	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1970	108.3333	4.864	53.627	2.341	54.696	2.523
1980	169.234	-	84.598	-	84.636	-

Org: ZALUSKI, 2021. Fonte: IBGE, Censo demográfico.

Tendo em vista os dados acima é possível afirmar que a capital do estado teve um crescimento, na década de 1970, da população infantojuvenil em idade escolar. O grupo etário entre 10 e 14 anos, principal público do ensino fundamental II, correspondente às séries da 5ª à 8ª, teve crescimento maior que o índice geral da cidade. É importante destacar que o crescimento urbano provocado ao longo da década de 1970, em especial em Curitiba, provocou a modificação do cenário em que, pelos dados de 1980, Curitiba não foi mais apresentada como

**Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 172 – 186, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-10**

## DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

rural e urbana, constando apenas dados da população urbana. Contudo, esse índice não pode ser visto apenas como resultado da movimentação da estrutura física da cidade. Ao longo da década de 1970, houve importantes debates sobre os direitos da população infantojuvenil, principalmente em relação à saúde, que contribuíram para a redução da mortalidade infantil.

Em relação ao ensino, caso os/as matriculados/as concluíssem o ensino escolar, a cada ano Curitiba teria mais de 20 mil pessoas aptas para ingressar no mercado de trabalho, ou então com a pretensão de seguir os estudos em nível superior. Os dados também informam sobre uma nova reconfiguração social urbana, pois, em menos de 10 anos, a capital não mais apresentou população rural.

Tendo como atenção especial o atendimento ao mercado de trabalho e as transformações no cenário urbano, a Secretária de Educação do Estado do Paraná, por meio de equipe de trabalho, construíram um Plano de Ação, desenvolvido como projeto-piloto em Curitiba, em que o Colégio Estadual do Paraná (CEP) foi considerado como a instituição central para a implementação da proposta de ensino, devendo servir como guia para as demais instituições do estado em função de seu estrito atendimento aos objetivos da Lei 5.692/1971. Ponto esse que segue sendo analisado em futuros trabalhos.

### Referências

BRAVIN, Nilvam Jeronimo Ribeiro; GÓES, Sandra Lúcia Videira; BRAVIN, Sullien Miranda Ribeiro. A Formação Industrial no Paraná: Do desenvolvimento e formação de aglomerados a distribuição desigual no espaço. **OBSERVATORIUM**: Revista Eletrônica de Geografia, v.7, n.18, p. 48-66, set. 2015. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/7edicao/n18/3.pdf> Acesso em 09 de setembro de 2022.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; PROVIN, Bruno Griebler; VALENTINI, Renan Paganini. Uma leitura da modernização da suinocultura: história, agropecuária e bem-estar animal - Paraná, Brasil (1960 - 1980). **Revista Expedições**: Teoria da História e da historiografia. Morrinhos, v.7, n.2, 2016. p. 119-140.

COSTA, Pierre; SCHMIDT, Lisandro Pezzi. O refino de petróleo no Paraná: Uma análise geoeconômica. **Espaço e Economia**: Revista brasileira de geografia econômica. v. 8, n. 14, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.6058> Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/6058> Acesso em 25 de setembro de 2022.

GÄRTNER, Monique. **Alguns elementos para a construção de uma história ambiental do processo de “europeização” da paisagem do Distrito de Entre Rios, Guarapuava, Paraná**. Dissertação (Mestrado em História) - Irati: Unicentro, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

*Humana Res*, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 172 – 186, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-10

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

KAMINSKI, Marisa do Belem Pereira; FAJARDO, Sergio. A apropriação econômica do território pela Cooperativa Agrária Agroindustrial, em Entre Rios, no município de Guarapuava (PR). **Revista Campo-Território**, v. 8, n. 15, 17 mar. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/18235> Acesso em 10 de setembro de 2022.

KLANOVICZ, József; MORES, Lucas. “A Sojização da Agricultura Moderna No Paraná, Brasil: Uma Questão De História Ambiental”. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science** 6 (2), 240-63. DOI <http://dx.doi.org/10.21664/2238-8869.2017v6i2.p240-263> Acesso em 10 de setembro de 2022.

LOEFFLER, Walli. Aspectos da indústria paranaense: 1930 – 1970. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo (USP), 2009.

MARCINIAK, Fernando. **Águas para o deserto**: O Processo de Adaptação Socioeconômica nos Reassentamentos da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias - PR (1987-2017). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018.

MARTINS, Cláudia Regina Kawka. O Ensino de História no Paraná, na década de setenta: as legislações e o pioneirismo do estado nas reformas educacionais. **Revista História & Ensino**. Londrina-PR, 2002, v. 8, p. 7 – 28.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil, 4**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.

MORELLI, Ailton José. O papel do espaço nas memórias da infância. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 38, p. 175-188, 29 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/12579> Acesso de 10 de novembro de 2022.

NIEHUES, Leandro Garcia. A industrialização do Paraná: abordagens de um processo de desenvolvimento concentrado. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, número especial, p. 454-466, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/20307/15354> Acesso de 12 de setembro de 2022.

PINTO, Willian Ribeiro. **Cercados e tratores**: imagens e memória da ruralidade na região dos faxinais (1950-1970). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Irati, 2017.

ROSSONI, Roger Alexandre; SILVA, Gerson Henrique da; MORAES, Marcelo Lopes de; STEGE, Alysson Luiz. A modernização da agricultura do Paraná. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 14, n. 25, p. 71-102, ago. 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/8809/pdf>

**DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias  
(Paraná 1960-1970)**

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna**: Guarapuava...Recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2007.

ZALUSKI, Jorge Luiz. Entre a infância e a vida adulta: as fases da vida nas legislações educacionais em contexto de ditadura militar. **Confluenze**. Rivista di Studi Iberoamericani, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 53–78, 2021. DOI: 10.6092/issn.2036-0967/13411. Disponível em: <https://confluenze.unibo.it/article/view/13411>. Acesso em: 14 nov. 2022.